

PROJ ETO DE URBANIZAÇÃO DA FAVELA MORRO DA USP

URBANIZATION PROJECT OF SHANTY TOWN MORRO DA USP

**Maria Ruth Amaral de Sampaio*

RESUMO

O trabalho pretende resgatar as etapas de nossa atuação na favela Morro da USP, que teve início por solicitação da Consultoria Jurídica da Universidade, através do Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Silvio Sawaya. Devido nosso conhecimento das lideranças e moradores da Favela de Heliópolis, situada próxima ao Morro da USP, acreditou-se que a proximidade entre os dois núcleos pudesse facilitar os primeiros contatos, o que realmente ocorreu. A ideia inicial de vender a gleba aos ocupantes não teve sucesso, entretanto contribuimos para levantar os principais problemas do assentamento, alguns dos quais tem preocupado a Consultoria Jurídica.

O fato do Morro da USP ter se desenvolvido sem planejamento e não ser servido pela rede oficial de água e esgotos, tem consequências na vizinhança. É o caso dos vazamentos, que fez com que os moradores atingidos acionassem a Universidade. A falta de água tratada também propicia o aparecimento de moléstias infecciosas, principalmente na população infantil. Por essa razão, dotar a área de uma rede oficial de água e esgotos, como foi proposto pela Sabesp, é uma necessidade e um dever da Universidade.

Palavras-chave: Favela. Urbanização. Infraestrutura.

ABSTRACT

This Project aims at rescuing the several stages of our work at favela Morro da USP; the project was initiated after the University Judicial Council requested assistance through the Director of FAU-USP, Prof. Dr. Silvio Sawaya. Due to our knowledge of favela Heliópolis, situated close to Morro da USP, it was believed that the proximity between the two areas could facilitate first contacts, and that, indeed occurred. The Judicial Council's original idea to sell the turf to the occupants was not successful; however we contributed in defining the main issues of the area some of which have worried the Judicial Council. The fact that the area developed without any planning and unconnected to the official water and sewage systems causes leaks around the neighbourhood and renders favourable conditions to the appearance of infectious maladies, particularly in the infant population. For this reason, the equipping of the area with official water and sewage systems, as proposed by Sabesp, is not only a necessity but a duty of the University.

Key words: Shanty town. Urbanization. Infra-structure.

* Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

O projeto teve início com a solicitação da Consultoria Jurídica (CJ) da Universidade de São Paulo, em outubro de 2007, para que fosse realizado o cadastramento dos moradores da favela Morro da USP, de propriedade da Universidade e resultante de herança de Eduardo Panadés, destinada à pagamento de bolsas de estudos para estudantes carentes. A ideia de cadastrar a população moradora decorria do interesse da CJ em resolver o problema dos favelados, regularizando a posse da terra com a proposta de venda de cada terreno a cada um de seus ocupantes.

É fato conhecido que a localização das favelas tende a seguir a trilha da industrialização [1], amontoando-se os barracos em áreas próximas ao mercado de mão de obra não qualificada. Ocupados em empregos informais, as atividades geralmente desempenhadas por essa população estão em torno de atividades de carga e descarga, ajudantes em canteiros de obras, vendedores ambulantes. Essa população encontra na favela parte da solução para conseguir sua sobrevivência na metrópole. É o caso de favelas como Heliópolis e o Morro da USP, situadas nas proximidades da Via Anchieta, e por consequência do ABC, importante pólo industrial.

Os gastos com transporte, em geral, consomem parte considerável dos ganhos dos trabalhadores, principalmente daqueles com pouca qualificação, sem registro em carteira e que exerce atividades transitórias pertencentes aos estratos inferiores de renda, como é o caso desses moradores da favela Morro da USP. Morar perto do local de trabalho, onde existem possibilidades de atividades informais, constitui, portanto, uma economia não só de tempo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Por intermédio das lideranças da Favela de Heliópolis [2], chegamos às lideranças da favela Morro da USP, pois são próximas uma da outra. Foram realizadas uma série de reuniões destinadas a informar os moradores da proposta da Consultoria Jurídica, de vender aos moradores da favela os terrenos por eles ocupados e, ao mesmo tempo, buscou-se esclarecer sobre a necessidade deles se organizarem em uma Associação de Moradores para que a USP pudesse ter condições de negociar os detalhes da proposta com uma associação que

os representasse e que tivesse existência legal. Ambas as propostas foram prontamente aceitas pelas lideranças da favela e foi criada oficialmente uma associação.

Em 20 de outubro, realizamos o cadastramento dos moradores da área, efetuado num sábado, que contou com a colaboração de 25 alunos da disciplina de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo da FAU-USP (oferecida no primeiro ano) que, convidados a participar do levantamento, inscreveram-se prontamente. A USP cedeu um ônibus para transportar os alunos à favela, tendo sido realizada a pesquisa que resultou em 443 questionários.

Para dar andamento à pesquisa foi necessária uma organização prévia, realizada nos sábados anteriores através de reuniões com os moradores. Inicialmente contando apenas com os representantes da comunidade, eles nos auxiliaram no preparo da pesquisa avisando os demais moradores da realização da mesma e informando que a pesquisa tinha a finalidade de fornecer dados para a efetivação da proposta de venda da gleba aos moradores. Essas reuniões com as lideranças locais foram inicialmente intermediadas pelas lideranças da União dos Núcleos, Associações e Sociedades (UNAS) da Favela de Heliópolis, que depois designou um representante para nos auxiliar nessa tarefa. Após algumas reuniões iniciais, sempre realizadas aos sábados, houve um encontro com a comunidade para informá-los dos planos da USP e da necessidade deles colaborarem para a realização do cadastramento da população, primeiro passo para a realização do projeto.

Paralelamente, auxiliamos as lideranças na constituição de uma Associação de Moradores, que recebeu o nome de “Vidas Unidas”, uma vez que o nome da USP não poderia mais ser utilizado.

RESULTADOS

O cadastramento inicial teve a duração de um dia, e obteve os seguintes resultados: os alunos da USP preencheram 345 questionários e 98 questionários foram preenchidos por moradores da favela, num total, portanto, de 443 formulários, um para cada família. Tanto os alunos, como os moradores, tiveram conhecimento prévio do questionário e foram esclarecidos acerca de seu preenchimento. Após o término da pesquisa ainda recebemos mais alguns formulários, preenchidos por membros da Associação de Moradores,

de chefes de família que estavam trabalhando no dia da pesquisa e não puderam participar do cadastramento.

A análise dos questionários foi feita, separando-se inicialmente os preenchidos pelos alunos, daqueles preenchidos pela Associação de Moradores para verificar se ocorreram muitas diferenças, o que não se observou. Como resultado, obtivemos os seguintes dados sobre a população e seus domicílios.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 20 e 73 anos, predominando a faixa de 20 a 40 anos. A mais velha entrevistada, aposentada, tem 73 anos de idade.

A família mais numerosa tem dez membros, dos quais dois trabalham, sendo a renda familiar de R\$ 700,00. Essa família vive numa “casa” situada num primeiro andar com área de 12 m². O morador entrevistado declarou gastar mensalmente cerca de R\$ 110,00 de telefone celular. Observou-se que nessa favela predominam as famílias constituídas por quatro membros.

Os trabalhos remunerados mais frequentes realizados pelas mulheres são empregos em casas de família, costureiras, balconistas; pelos homens são os empregos de operadores de máquina, ajudantes de serviços gerais, ambulantes, motoristas, além de empregos variados em construção civil.

A renda familiar varia entre R\$ 300,00 e R\$ 4.000,00, sendo que quase metade da amostra recebe entre R\$ 400,00 a R\$ 600,00.

As contas de água não eram pagas, uma vez que os serviços eram clandestinos, assim como a luz, sendo que o telefone celular é responsável pela maior parte dos gastos das famílias. Cumpre notar que desde o Governo Franco Montoro, as favelas de São Paulo são dotadas de água e luz, através dos programas Pró-Água e Pró-Luz. Esses serviços públicos são considerados um direito do cidadão.

A ocupação é bastante densa, as casas tem áreas diversas, chamando a atenção um número grande de habitações com áreas mínimas, verdadeiros cubículos, com áreas inferiores a 20 m², e acessos estreitos e perigosos através de escadas íngremes. Muito moradores disseram ser inquilinos. Há muitos prédios com três andares. Nesses casos, o morador e membros de sua família vivem num andar ou dois e alugam o restante.

Grande parte das casas pesquisadas apresentam espaços mínimos, com dificuldade de acesso, localizam-se em vielas íngremes e apresentam péssimas

condições de habitabilidade, com quase ou nenhuma iluminação e insolação.

PROJETO DE URBANIZAÇÃO

Durante o ano de 2008, após o início da pesquisa, fomos informados pela Consultoria Jurídica que, devido a um vazamento de esgoto da favela causador de infiltrações nas residências dos moradores vizinhos à gleba ao sul, a USP foi acionada judicialmente, o que poderia resultar inclusive numa reintegração de posse do terreno pela USP.

Consultamos então a Sabesp, que visitou a favela e, tomando conhecimento da situação do local, propôs, imediatamente, promover a instalação na área de redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de maneira a conter as infiltrações, sugerindo como contrapartida da Universidade, a realização de projeto de urbanização da gleba, o que levou à formação de uma equipe, entre alunos e professores. A água que os moradores consumiam antes, precariamente, provinha da rede oficial, acessada clandestinamente, razão pela qual a Sabesp tinha interesse em resolver essa questão.

Para realização desse Projeto de Urbanização, contamos com a colaboração de uma equipe formada por professores doutores (Maria de Lourdes Zuquim, Rodrigo Queiroz), além de cinco alunos, (Alex Sartori, Ariel Macena, Lais Matussi, Marcia Trento e Mariana Sakurada) que já conheciam a área, pois participaram da primeira etapa da pesquisa. Para essa finalidade, receberam bolsas de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária durante três meses.

Nesse período, a Comissão de Moradores, por iniciativa própria, procurou a Eletropaulo, que imediatamente prontificou-se a instalar a rede elétrica em todas as moradias da favela – melhoria que afastou definitivamente os incêndios que ocorriam com frequência na área. O cadastro efetuado pela companhia inclui todas as residências da gleba, que hoje contam com iluminação oficial.

A proposta de compra da Comissão de Moradores, com pagamentos parcelados, não foi aceita pela CJ, sendo a venda suspensa.

Posteriormente, em decorrência da existência na área de um terreno, onde existe um declive de acentuada inclinação, com possibilidades de deslizamento de terra e com moradia no topo, consultamos o Instituto

de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Escola Politécnica da USP e eles também se ofereceram para nos auxiliar no desenvolvimento de projeto que reforçasse o talude.

ANÁLISE DO LOCAL

Em busca de informações oficiais sobre a área em estudo, os alunos consultaram a Superintendência de Habitação Popular (HABI), que forneceu os parâmetros utilizados para avaliação dos núcleos favelados[†].

1. O Morro da USP possui 500 famílias, sendo o seu índice de vulnerabilidade social de valor 4 – que significa vulnerabilidade média, composta pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala, em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio, concentrando-se nesses setores presença de chefes de família jovens (abaixo de 30 anos) e de crianças pequenas.
2. O terreno da favela é constituído de um vale, com um córrego no seu interior, e o desnível entre os pontos extremos chega a 25 metros de altura. Atualmente, o córrego encontra-se canalizado em toda a sua extensão, fruto de uma intervenção anterior. Há um grande número de escadas de acesso às casas que, em muitos casos, não possuem saída direta para as ruas ou vielas. Todas as ruas são precariamente pavimentadas com cimento e as áreas não-edificadas são praticamente inexistentes, tornando a gleba impermeável. Além disso, praticamente não existem áreas de uso comum e públicas.
3. Quanto à infraestrutura instalada, não há abastecimento de água na área da favela, com exceção de alguns pontos localizados próximos à Estrada das Lágrimas. As demais ligações existentes são oriundas de conexões ilegais feitas a partir do sistema de abastecimento oficial. O serviço de esgotos também não existe na área, possuindo seus coletores principais na Estrada das Lágrimas, na rua Francisco Maria Caropreso e no córrego canalizado. Não há ramificações internas, e o esgotamento sanitário se dá por meio de fossas sépticas.

4. O acesso principal ocorre através da Estrada das Lágrimas, que acompanha os limites oeste-sudoeste da favela, ou então através da rua Eduardo Panadés, limite norte. Entretanto, em decorrência das habitações não planejadas, torna-se bastante difícil o caminhar em seu interior – a grande maioria das ruas possui acesso apenas para pedestres, com largura média de 1,20 m. Apenas parte da comunidade é acessível por carros, sendo impossível o acesso dentro da favela de serviços de utilidade pública, tais como Corpo de Bombeiros ou ambulâncias, devido ao inexistente sistema viário.

As casas são autoconstruídas, com frequência de mais de uma família morando na mesma residência. Bastante comum é a expansão da casa num segundo ou até terceiro piso, em função do desejo de auferir alguma renda através de aluguel. As casas localizadas mais próximas à Estrada das Lágrimas são em geral de melhor aspecto, em sua maioria abrigando apenas uma família por habitação. O mesmo não se verifica no interior da favela, havendo uma visível disparidade entre as habitações da “área alta”, aparentemente de renda superior, e as da “área baixa”, onde as condições são muito mais precárias.

Na pesquisa efetuada pelos alunos [3], foi utilizado o Índice Paulista de Vulnerabilidade, criado pela Fundação Seade, indicador resultante da combinação entre duas dimensões (socioeconômica e demográfica relativas ao ciclo de vida familiar) e classificou como de vulnerabilidade muito baixa o entorno da área de intervenção onde se concentram, em média, as famílias mais velhas; classificou como de vulnerabilidade média a área do Morro da USP, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio – setores em que se concentram as famílias jovens, com menos de 30 anos e de crianças pequenas.

No ponto de vista de urbanização, as vias existentes são fortemente influenciadas pela topografia, possuindo desnível de 25 m entre o córrego central e a esquina das ruas Eduardo Panadés e Francisco Maria Caropreso. Há um grande número de escadas para acesso às casas, que, em muitos casos, não possuem saída direta para as ruas ou vielas. Todas as vias são precariamente pavimentadas com cimento e as áreas não edificadas são praticamente inexistentes, tornando a gleba impermeável. Praticamente inexistem áreas de uso comum.

[†] Superintendência de Habitação Popular (HABI), órgão da Secretaria Municipal de Habitação.

Os maiores problemas da gleba são a falta de acessibilidade, pois a maior parte das ruas são corredores que mal comportam os pedestres, dificultando os acessos à área interna em casos de emergência, e a falta de infraestrutura de saneamento básico e fornecimento de água potável. Implantar o projeto de urbanização da gleba, já delineado pelos alunos, resolveria esses problemas.

CONCLUSÃO

No decorrer de nosso contato com a população, ficou claro que a principal reivindicação dos moradores é a instalação de rede de água e esgoto, pois, apesar de captarem água de forma clandestina da rede pública, essa captação não é fácil e não atende de forma alguma ao consumo dos moradores. Durante o último verão, quando o consumo de água é maior, o sofrimento da população foi intenso. Além disso, o número de crianças na favela é grande, sendo permanente o perigo de contraírem moléstias devido ao uso de água não tratada. Uma simples comunicação da Reitoria da USP à Sabesp resolveria o problema.

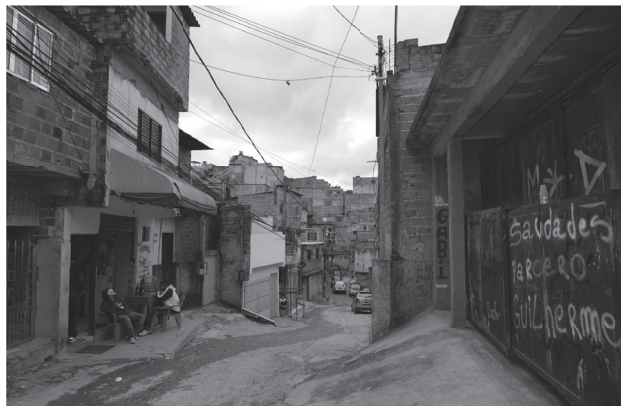
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- [1] FERREIRA DE CAMARGO, C. P. *et al.* **São Paulo 75, Crescimento de Pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- [2] SAMPAIO, M. R. A. **Heliópolis, o percurso de uma invasão**. Livre docência (Tese), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- [3] SARTORI, A. *et al.* **Análise de uma realidade**. O Morro da USP como foco de intervenção. Laboratório de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, 2009.

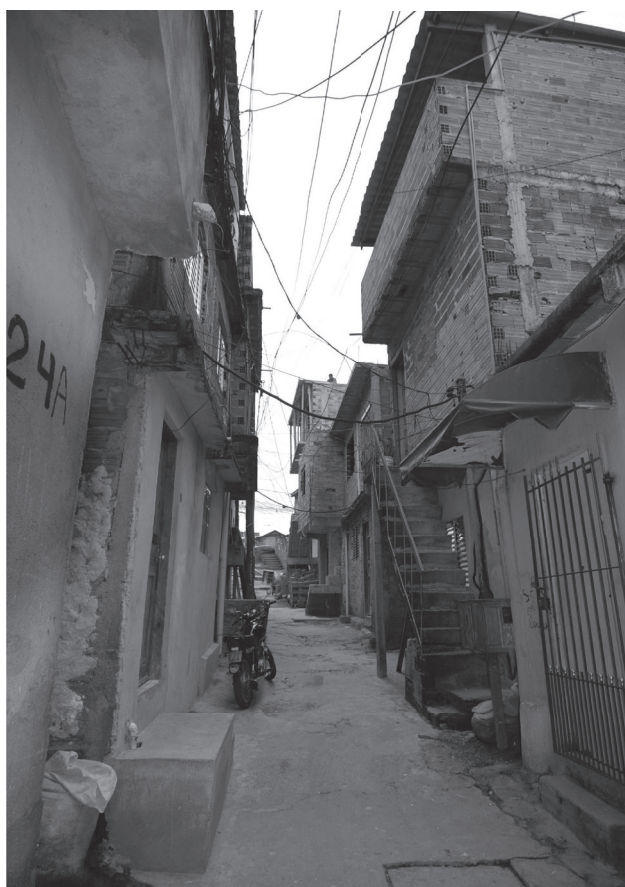
ANEXO



Localização da Morro da USP



Uma vista das habitações
foto: Maria Ruth Amaral de Sampaio



Vielas
foto: Maria Ruth Amaral de Sampaio



Escadarias de acesso às moradias
foto: Maria Ruth Amaral de Sampaio